

CENTRO UNIVERSITÁRIO DEBRASÍLIA

Guilherme Machado Vasconcelos

**MEIO DE IMPUGNAÇÃO DAS
DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS
NOS JUIZADOS ESPECIAIS**

Brasília

2012

RESUMO

Os Juizados Especiais foram criados pela Lei nº 9.099/95 para garantir o acesso igualitário dos mais necessitados à Justiça, cujo pilar são os princípios norteadores, que buscam garantir um procedimento diferenciado pela celeridade e efetividade das medidas judiciais. Neste procedimento, o legislador entendeu por bem tornar as decisões interlocutórias irrecorríveis, o que potencialmente acarreta em danos irreparáveis ou de difícil reparação aos que litigam nos Juizados Especiais. Por esta razão, tanto a doutrina quanto a jurisprudência passaram a admitir diferentes meios de impugnação em relação às decisões interlocutórias, o que gerou insegurança jurídica.

Palavras-Chave: Direito Processual Civil. Juizado Especial. Acesso à Justiça. Irrecorribilidade das Decisões Interlocutórias. Agravo de Instrumento. Mandado de Segurança. Correção Parcial. Meios de Impugnação.

SUMÁRIO

1 – SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	02
1.1 - Origem dos Juizados Especiais.....	02
1.2 - Princípios Norteadores dos Juizados Especiais.....	07
1.3 - Estrutura.....	12
1.3.1 - <i>Juizados Especiais Federais.....</i>	<i>12</i>
1.3.2 - <i>Juizados Especiais da Fazenda Pública.....</i>	<i>15</i>
2 – RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS.....	17
2.1 - Agravo de Instrumento.....	17
2.2 - Mandado de Segurança.....	25
2.3 - Correção Parcial.....	31
3 – MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES.....	34
3.1 - Meio Adequado de Impugnação das Decisões Interlocutórias de Caráter Acautelatório nos Juizados Especiais Federais e Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	34
3.2 - Meio Adequado de Impugnação das Decisões Interlocutórias nos Juizados Especiais Estaduais, Bem Como Decisões Não Acautelatórias nos Juizados Especiais Federais e Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	36
4 – CONCLUSÃO.....	43
5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visará discutir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas no âmbito do Juizado Especial, bem como os meios adequados de impugnação.

No primeiro capítulo, irá discutir o procedimento pela Lei nº 9.099/95, que tem por finalidade de garantir aos cidadãos o acesso à Justiça e se estender a justiça social àqueles menos favorecidos. Por se pautar nos princípios norteadores da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, o legislador entendeu por bem tornar as decisões interlocutórias irrecorríveis, pois supostamente admitir-se a impugnação destas seria incompatível com o procedimento criado pela Lei nº 9.099/95.

No segundo capítulo irá discutir que a prática forense demonstrou ao longo dos anos que a irrecorribilidade absoluta das decisões interlocutórias poderia causar aos litigantes danos irreparáveis ou de difícil reparação. Desta forma, parcela considerável da doutrina e jurisprudência se posiciona contra a ausência de impugnação das decisões interlocutórias. A ausência de previsão legal para a interposição de um recurso específico, fez com que fossem eleitos diferentes meios de impugnação das decisões interlocutórias, a saber: agravo de instrumento; mandado de segurança; correção parcial.

No último capítulo, irá discutir a respeito do efetivo cabimento de impugnação as decisões interlocutórias, bem como os meios adequados de fazê-lo, diante da problemática criada pelo legislador ao dispor na lei que estas decisões são irrecorríveis.

1 – SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

1.1 – Origem dos Juizados Especiais

O acesso à justiça é cada vez mais reconhecido como de suma importância entre os direitos sociais e individuais, assim como os meios que o tornarão viável. No dizer de Cappelletti e Garth, o acesso à justiça pode ser encarado como o mais básico dos direitos humanos de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir e não apenas proclamar os direitos de todos¹.

Num plano metodológico, o acesso à justiça considera a perspectiva constitucional, trabalhando a teoria do processo a partir da idéia de democracia social. Por este motivo, o acesso à justiça, materializado pelo Juizado Especial, está intimamente ligado com a justiça social, o acesso dos cidadãos à justiça².

Com efeito, a ideia de acesso à justiça não se limita ao mero acesso aos tribunais, enquanto instituição estatal, mas de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa³.

Ocorre que a previsão de criação dos Juizados Especiais, para se efetivar o acesso à justiça, é apenas um pequeno fator diante da complexidade de se estender a justiça social àqueles mais necessitados, nos ensinamentos de José Afonso da Silva, *in verbis*:

É que o acesso à justiça não é só uma questão jurídico-formal, mas é também, e especialmente, um problema econômico-social, de sorte que sua aplicação real depende da remoção de vários obstáculos de caráter material para que os pobres possam gozar do princípio de uma justiça igual para todos. Ter acesso ao Judiciário sem a garantia de um tratamento igualitário não é participar de um processo justo. A igualdade é elemento comum

¹ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre, Fabris, 1988, p. 11-13.

² MARINONI, Luiz Guilherme. *Novas linhas do processo civil*. 3. ed. São Paulo, Malheiros, 1999, p. 20-21.

³ ABREU, Pedro Manoel. *Acesso à justiça e juizados especiais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2004, p. 40.

a toda concepção de justiça, mormente na sua manifestação mais característica e mais relevante, que é a igualdade perante o juiz. Pois é nesse momento que a igualdade ou a desigualdade se efetiva concretamente, como coisa julgada. O princípio da igualdade da justiça só será respeitado, no sentido atual, se o juiz perquirir a ideia de igualdade real, que busca realizar a igualização das condições dos desiguais em consonância com o postulado da justiça concreta, não simplesmente da justiça formal⁴

Nesse diapasão, podemos concluir que não basta apenas a criação do Juizado Especial para garantir o efetivo cesso à justiça, também é necessário que se criem meios para que o jurisdicionado tenha acesso igualitário, para que o processo seja justo. Podemos citar aqui, a assistência de profissional da advocacia, seja privada ou pública, considerado como uma das funções essenciais à justiça.

Outro relevante aspecto que dificulta o acesso do cidadão à justiça é o econômico, diante dos elevados custos para o estado criar e manter em pleno funcionamento os tribunais. Isso se dá, entre outros motivos, pela proporção continental do Brasil, que dificulta o acesso ao judiciário, principalmente por aqueles que residem em regiões distantes e isoladas⁵.

No Brasil, país em que a desigualdade social é notória, deve-se salientar o dever do estado de prestar “assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”, dever trazido no inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal. Portanto, além da assistência judiciária, cabe ao estado assistir aos hipossuficientes de forma mais ampla, desonerando-os dos custos do processo⁶.

Por fim, cumpre citar o problema da lentidão do sistema judiciário. Aqui, esclarece-se que sua principal gravidade se dá pelo estrangulamento dos

⁴ DA SILVA, José Afonso. *Poder constituinte e poder popular: estudos a constituição*. São Paulo, Malheiros, 2000. p. 155-156.

⁵ RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Acesso à justiça no direito processual brasileiro*. São Paulo, Acadêmica, 1994, p. 46.

⁶ HUTTER, Rudolf. *Os princípios processuais no juizado especial cível*. São Paulo, Iglu, 2004, p. 63.

direitos fundamentais do litigante, pois o processo é um instrumento indispensável não apenas para a efetiva e concreta atuação do direito de ação, mas igualmente para a remoção das situações impeditivas ao pleno desenvolvimento da pessoa humana⁷.

Ainda, a morosidade no trâmite dos processos judiciais gera descrença do povo com a justiça. O cidadão, preso nesta situação, vê-se desestimulado a recorrer ao Poder Judiciário para buscar seus direitos ou solucionar problemas⁸.

Assim assevera Cármen Lúcia Antunes Rocha, *in verbis*:

não se quer justiça amanhã. Quer-se justiça hoje. Logo a presteza da resposta jurisdicional pleiteada contém-se no próprio conceito do direito-garantia que a justiça representa. A liberdade não pode esperar, porque enquanto a jurisdição não é prestada, ela pode estar sendo afrontada de maneira irreversível; a vida não pode esperar, porque a agressão ao direito à vida pode fazê-la perder-se; a igualdade não pode esperar, porque a ofensa a este princípio pode garantir a discriminação e o preconceito; a segurança não espera, pois a tardia garantia que lhe seja prestada pelo Estado terá concretizado o risco por vezes com a só ameaça que torna incertos todos os direitos⁹.

Nessa perspectiva, há uma tendência mundial, nos estados democráticos de direito, de constitucionalizar as garantias processuais. Dentre elas, sobressaem o direito de ação e a inviolabilidade do direito de defesa, previstos, respectivamente, nos incisos XXXV e LV do artigo 5º da Constituição Federal.¹⁰

⁷ MARINONI, Luiz Guilherme. *O processo civil contemporâneo*. Curitiba, Juará, 1999, p. 33.

⁸ ABREU, Pedro Manoel. *Acesso à justiça e juizados especiais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2004, p. 57.

⁹ ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *O direito constitucional à jurisdição*. São Paulo, Saraiva, 1993. p. 37.

¹⁰ ABREU, Pedro Manoel. *Acesso à Justiça e Juizados Especiais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2004, p. 34.

Nesse contexto, nossa Constituição Federal, promulgada em 1988, previu a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no inciso I do artigo 98, *in verbis*:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

Em 1989, um ano após a promulgação da Constituição Federal, foi proposto o projeto de lei que dispõe sobre os Juizados Cíveis e Criminais, a serem criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados membros da federação.

O projeto foi convertido na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, em um sistema com norteamientos próprios, voltados à criação de uma nova justiça, diferenciada de todas as demais, simples, ágil, segura e efetiva¹¹.

A Lei nº 9.099/95 tem como principal objetivo, sanar os já citados aspectos, que levam a tutela judicial, muitas vezes, a uma atuação ineficaz para solução de conflitos.

Segundo os ensinamentos de Joel Dias Figueira Júnior e Mauricio Antonio Ribeiro Lopes, não podemos perder de vista as particularidades da Lei dos Juizados Especiais, pois é totalmente diversa do procedimento comum, *in verbis*:

Ocorre que essa nova Lei não pode ser vista com os mesmos olhos que enxergam o processo tradicional; ela exige a fixação de um ponto imaginário em nossa visão, capaz de transpassar o

¹¹ FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias, LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais*. 3. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000, p. 53-54.

texto em primeiro plano, para atingir então, com profundidade de campo, os seus verdadeiros fins sociais.

(...)

É apenas isso (ou tudo isso) o que se exige do intérprete, do operador ou do aplicador da Lei em questão. Por isso, temos dito e repetido que os conceitos, as definições e os institutos do processotradicional não se adéquam em grande parte ao novo sistema. Esse talvez seja o enigmático segredo escondido na Lei 9.099/95. Esperamos que todos possam e queiram enxergar a justiça do terceiro milênio...¹²

Para Ruy Rosado Aguiar Júnior, o exercício da jurisdição exigirá uma postura diferenciada do magistrado, para atender à necessidade da desburocratização que o juizado lhe impõe e, conseqüentemente, garantir a tramitação célere do processo, *in verbis*:

Esquecido da formalidade inútil, consciente de que é um prestador de serviços, preocupado em resolver o litígio, o juiz do Juizado Especial deve ser um juiz moderno, afeito ao uso dos instrumentos que a técnica lhe alcança, extraindo o máximo dos princípios da oralidade, da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade¹³

Contudo, mesmo com suas regras próprias, não se pode afastar a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil nas omissões legislativas da Lei nº 9.099/95, sobretudo nas regras estatuídas no Livro I, que fixa as linhas gerais do processo de conhecimento, funcionando como a espinha dorsal sustentadora dos demais, como e fosse a “Parte Geral”. É necessário ainda, que a normas do Código de Processo Civil, a serem aplicadas subsidiariamente, estejam em plena harmonia com os princípios orientados dos Juizados Especiais¹⁴.

Neste sentido, sustenta:

¹² FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias; LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais*. 3. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000 p. 56.

¹³ AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado. *Juizados especiais no âmbito da Justiça Federal*. In: *Revista da ESMESC*. Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, v. 10, 2001, p. 15.

¹⁴ FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias; LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais*. 3. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000, p. 56-57.

Desde que se verifique lacuna ou obscuridade na Lei dos Juizados Especiais, haveremos de buscar primeiramente no macrossistema do processo tradicional, como se encontra delineado no Código Instrumental Civil. Persistindo o vazio, aí então partiremos para a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito. Todavia, não se pode perder de vista o disposto no art. 6º da Lei 9.099/95 que permite ao Juiz adotar em cada caso concreto a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo sempre aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.¹⁵

Já para Rudolf Hutter, para que os objetivos especialmente traçados pela Lei nº 9.099/95 não se tornem meras promessas de um processo célere e eficiente, a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil deve ser avaliada de maneira cautelosa, para otimizar a prestação jurisdicional, buscando respostas nos critérios orientadores¹⁶.

Por todo o exposto, infere-se que os Juizados Especiais foram criados para aproximar a justiça do jurisdicionado, com a finalidade específica de criar um procedimento célere e desburocratizado, para dar maior efetividade a conflitos de menor complexidade com respostas rápidas.

Trata-se de um procedimento diferenciado, com regras próprias. O Código de Processo Civil se aplica apenas de forma supletiva, em caso de omissões e, sobretudo, desde que esteja em plena conformidade com a Lei nº 9.099/95, em especial seus princípios orientadores.

1.2 – Princípios Norteadores dos Juizados Especiais

Os princípios processuais são um complexo de todos os preceitos que originam, fundamentam e orientam o processo¹⁷. Dada sua grande

¹⁵ FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias; LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais*. 3. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000, p. 57.

¹⁶ HUTTER, Rudolf. *Os princípios processuais no juizado especial cível*. São Paulo, Iglu, 2004, p.80.

¹⁷ FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias; LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais*. 3. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000, p. 65.

generalidade, os princípios se destacam no universo jurídico, permitindo o entendimento e, assim, na boa aplicação das normas¹⁸.

Tratam-se do conjunto de valores fundamentais da nação, consideradas como normas ideais a serem perseguidas dentro do processo e na aplicação do direito material¹⁹.

A Lei nº 9.099/95, dispõe em seu artigo 2º, que “o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.”

O princípio da oralidade tem como principal fundamento o reconhecimento da importância da proximidade do jurisdicionado com o juiz, privilegiando a manifestação oral das partes litigantes, facilitando, com isso, a participação dos litigantes no convencimento do magistrado de forma mais intensa²⁰.

Entende-se ainda, pelo princípio da oralidade, que incumbe ao juiz colher diretamente as provas de forma oral. Além disto, constitui um conjunto de outros princípios integrativos, como o da imediação, da concentração dos atos processuais, da irrecurribilidade das decisões interlocutórias e da identidade física do juiz. Nesse diapasão, o juiz irá resolver todas as questões que envolvem o processo de forma oral, em audiência²¹.

A própria Constituição Federal, ao prever a criação dos Juizados Especiais no inciso I do artigo 98, determina que o procedimento será “oral e sumaríssimo”.

¹⁸ HUTTER, Rudolf. *Os princípios processuais no juizado especial cível*. São Paulo, Iglu, 2004, p.31.

¹⁹ HUTTER, Rudolf. *Os princípios processuais no juizado especial cível*. São Paulo, Iglu, 2004, p.56.

²⁰ HUTTER, Rudolf. *Os princípios processuais no juizado especial cível*. São Paulo, Iglu, 2004, p.84.

²¹ ABREU, Pedro Manoel. *Acesso à justiça e juizados especiais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2004, p. 213.

Nesse sentido, pode-se verificar a presença do princípio da oralidade, o disposto nos artigos 14, 30 e 36 da Lei nº 9.099/95, em que sua presença é evidente, *in verbis*:

Art. 14. O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

(...)

Art. 30. A contestação, que será oral ou escrita, conterá toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.

(...)

Art. 36. A prova oral não será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.

O Princípio da Simplicidade tem por escopo aproximar o jurisdicionado da atividade jurisdicional, estabelecendo para tanto um procedimento simplificado e que dispensa maiores formalidades, o que proporciona a fácil assimilação pelas partes envolvidas, contribuindo efetivamente para a celeridade da prestação jurisdicional²². Como exemplos da aplicação deste princípio, cita-se os artigos 13, 14, §1º e 19 da referida Lei, *in verbis*:

Art. 13. Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, atendidos os critérios indicados no art. 2º desta Lei.

Art. 14. O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

§ 1º Do pedido constarão, de forma simples e em linguagem acessível:

(...)

Art. 19. As intimações serão feitas na forma prevista para citação, ou por qualquer outro meio idôneo de comunicação.

Por sua vez, pelo princípio da informalidade, conclui-se que nada obsta que o juiz busque soluções alternativas de ordem procedimental, para obter uma prestação da tutela jurisdicional mais rápida. Isto não significa que o juiz

²² ABREU, Pedro Manoel. *Acesso à justiça e juizados especiais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2004, p. 216.

poderá criar procedimentos heterogêneos ou em desconformidade com o estabelecido por norma de ordem pública. Significa dizer que o procedimento da Lei nº 9.099/95 é mais flexível do que os delineados no processo civil tradicional, justamente porque seus contornos estão definidos na Constituição Federal, que determina expressamente a observância do princípio da oralidade, do qual decorrem todos os demais subprincípios²³.

Esse princípio tem como essência afastar o rigor excessivo advindo do rito comum, para se dispensar as formalidade desnecessárias e o objetivo final seja alcançado com maior efetividade.

Art. 19. As intimações serão feitas na forma prevista para citação, ou por qualquer outro meio idôneo de comunicação.

(...)

Art. 35. Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.

Parágrafo único. No curso da audiência, poderá o Juiz, de ofício ou a requerimento das partes, realizar inspeção em pessoas ou coisas, ou determinar que o faça pessoa de sua confiança, que lhe relatará informalmente o verificado.

Já o Princípio da Economia Processual tem como objetivo minimizar a quantidade de atos processuais, como se verifica nos artigos 29 e 31, pelo princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, ou ainda, que o ajuizamento de demandas independe do pagamento de custas, taxas ou despesas, conforme preceitua o seu art. 54. *In verbis*:

Art. 29. Serão decididos de plano todos os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência. As demais questões serão decididas na sentença.

(...)

Art. 31. Não se admitirá a reconvenção. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º desta Lei, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.

(...)

²³ FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias; LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais*. 3. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000, p. 74-75.

Art. 54. O acesso ao Juizado Especial independará, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

O princípio da celeridade, por outro lado, visa garantir a efetiva tutela jurisdicional, propiciando ao jurisdicionado uma resposta rápida dos litígios, que tem fundamento, inclusive na norma estabelecida no art. 5º, inciso LXXVIII da Carta Magna – garantia da razoável duração do processo. Destarte, o procedimento é extremamente sumário, aliado às características trazidas pela simplicidade, informalidade, oralidade e economia processual, garantem que os Juizados Especiais atinjam sua finalidade – a celeridade na tramitação dos processo²⁴.

Por fim, o artigo 2º da Lei nº 9.099/95 prevê a aplicação, sempre que possível, dos institutos da conciliação e da transação.

A transação, nos dizeres de Maria Helena Diniz, é “negócio jurídico bilateral, pelo qual as partes interessadas, fazendo-se concessões mútuas, previnem ou extinguem obrigações litigiosas ou duvidosas.”²⁵

Já a conciliação, diz respeito a composição amigável, sem que se verifique alguma concessão por quaisquer das partes a respeito do pretenso direito alegado ou extinção de obrigação civil ou comercial (desistência da ação, renúncia ao direito, reconhecimento do pedido).²⁶

Nesse diapasão, o juiz deverá primar pela transação ou conciliação entre partes litigantes, antes de partir para a instrução e julgamento dos processos no âmbito dos Juizados Especiais. Isto homenageia, mais uma vez, a celeridade processual tão preconizada pela Lei nº 9.099/95, tendo em vista a possibilidade de se por fim à lide na audiência de conciliação.

²⁴ FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias; LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais*. 3. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000, p. 74-75.

²⁵ DINIZ, Maria Helena. *Código civil anotado*. 15. ed. São Paulo, Saraiva, p. 673.

²⁶ FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias; LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais*. 3. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000, p. 76.

Torna-se claro que os Juizados Especiais foram criados com a intenção de trazer a Justiça mais próxima do jurisdicionado, possibilitando, desta maneira, o acesso à justiça pelos menos favorecidos economicamente, que podem, inclusive, ajuizar um processo sem estar assistido por advogado, ou ainda, dirigir-se ao tribunal e requerer e informar oralmente o conflito, para que sua pretensão seja reduzida a termo.

O acesso à justiça perante os Juizados Especiais foi facilitado aos indivíduos, independente da situação financeira na qual se encontram, podendo se valor de tal meio para a defesa de seus interesses, limitando apenas, a rigor, em razão da matéria ou em causas de valor elevado²⁷.

Isso se dá em razão dos princípios norteadores dos Juizados Especiais, que trazem em sua essência, os fundamentos necessários para viabilizar o acesso a justiça de forma simplificada e célere, ao ponto de estimular os cidadãos a levar a análise de seus conflitos ao Poder Judiciário, tamanhas as facilidades e prerrogativas garantidas na Lei dos Juizados Especiais.

1.3 – Estrutura

1.3.1 – Juizados Especiais Federais

Os Juizados Especiais Federais, diferentemente da Justiça Estadual, não foram previstos no texto original da Constituição Federal, vindo a ser criados após a promulgação da Emenda Constitucional nº. 22, alterado pela EC nº. 45, que introduziu o § 1º no artigo 98 da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

(...)

§ 1º Lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal.

²⁷ HUTTER, Rudolf. *Os princípios processuais no juizado especial cível*. São Paulo, Iglu, 2004, p. 101.

Com fundamento nos mesmos princípios que regem o Juizado Especial Cível, a Lei 10.259 de 2001 prevê, em seu artigo 1º, a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aplicando-se, subsidiariamente, o disposto na Lei 9.099/95, *in verbis*:

Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei nº 9.099.

Os Juizados Especiais Federais, assim como os Juizados Especiais Cíveis no âmbito dos estados, tem como finalidade ofertar o acesso à justiça aos cidadãos comuns, para que esteja ao alcance de todos. Ainda, tem como finalidade o procedimento simplificado, para dar maior efetividade à tutela jurisdicional, com a ágil resposta do Poder Judiciário²⁸.

A instituição dos Juizados Especiais Federais simplificou os ritos processuais e garantiu maior celeridade processual. É de competência absoluta dos juizados federais as ações em que o valor atribuído à causa não ultrapasse 60 (sessenta) salários mínimos e que sejam propostas contra a União ou suas autarquias, fundações ou empresas públicas, exceto em causas de maior grau de complexidade, como dispõem os artigos 3º e 6º:

Art. 3º. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

(...)

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

II – como rés, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

Nesse sentido, conclui-se que os Juizados Especiais Federais tem como objetivo processar e julgar as mesmas causas de competência da Justiça

²⁸ CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. *Diagnóstico da estrutura e funcionamento dos juizados especiais federais*. Brasília, Divisão de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal, 2004, p. 103-104.

Federal em seu rito ordinário, salvo as exceções previstas no § 1º do artigo 3º, cujo valor da causa se limite a 60 (sessenta) salários mínimos.

Contudo, apesar da competência ser definida, principalmente pelo valor da causa, isto não significa que as causas sejam de menor importância ou muito simples, apesar de seu potencial lesivo ao erário público ser inferior aos processos que tramitam sob o rito ordinário.

É necessário esclarecer que, em que pese sua competência abranger causas limitadas a 60 (sessenta) salários mínimos, as matérias ali delineadas têm muitas peculiaridades, são muito específicas. O baixo valor da causa não significa, necessariamente, que a causa seja simples. Temos como exemplo as causas de natureza previdenciária, que necessariamente exigem perícia e cálculos complexos²⁹.

Cumprir destacar outro ponto importante na criação dos Juizados Especiais Federais, tendo em vista que a Justiça Federal, proporcionalmente ao número de magistrados, é a que recebe o maior número de processos anualmente, segundo dados estatísticos colhidos pelo Conselho Nacional de Justiça no ano de 2010³⁰.

Com efeito, e não perdendo de vista que uma das metas dos Juizados Especiais, sejam Federais ou Estaduais, é dar maior efetividade ao Poder Judiciário, com respostas rápidas, seria praticamente impossível alcançar tal objetivo sem esta justiça simplificada.

Diante do exposto, não há como se chegar à conclusão diversa, senão de que os Juizados Especiais Federais tem os mesmos fundamentos que levaram a sua criação, mesmas metas, princípios e peculiaridades dos Juizados Especiais Estaduais criados pela Lei nº 9.099/95.

²⁹ CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. *Diagnóstico da estrutura e funcionamento dos juizados especiais federais*. Brasília, Divisão de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal, 2004, p. 25-26.

³⁰ Dado extraído no blog <http://www.blogdodecio.com.br/2011/08/29/pesquisa-do-cnj-revela-que-justica-esta-mais-lenta/>

1.3.2 – Juizados Especiais da Fazenda Pública

O Poder Judiciário é apenas um, contudo, para facilitar a entrega da prestação jurisdicional, é dividido em vários órgãos, com competências distintas, segundo critérios previstos na Constituição Federal e legislação infraconstitucional³¹.

Diante deste novo paradigma, se fez necessária a criação de novas varas, não bastando a diferenciação por competência territorial, se fazendo necessária a criação de varas com competência em razão do valor da causa.

Com isso, foi criada, através da Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, o Juizado Especial da Fazenda Pública, uma nova modalidade de Juizado Especial.

A fixação de sua competência se dá exclusivamente pelo valor atribuído à causa, independente de sua complexidade, conforme já pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça³².

Os Juizados Especiais garantiram maior acessibilidade à população, o que se evidenciou com a demanda crescente, tendo em vista a obtenção, de forma rápida e gratuita, da prestação jurisdicional, facilitando o exercício da cidadania pela sociedade em geral, sobretudo pela parcela mais carente da população brasileira³³.

Com a instituição dos Juizados Especiais, pelas leis 9.099 e 10.259, tornou-se evidente a necessidade de se estender a acessibilidade dos Juizados às lides contra pessoas jurídicas vinculadas aos Poderes Públicos Estadual, Municipal e do Distrito Federal e Territórios. Desta realidade, são criados os Juizados Especiais da Fazenda Pública, instituídos pela Lei 12.153/09,

³¹ JÚNIOR, Luiz Manoel Gomes. *Comentários à nova lei dos juizados especiais da fazenda pública*. Revista dos Tribunais, 2010, p. 49.

³² SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Primeira Seção. Processo nº 104.714-PR. Relator Ministro Herman Benjamin. Julgado em 12/08/2009, publicado em 28/08/2009.

³³ GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel. *Comentários à nova lei dos juizados especiais da fazenda pública*. Revista dos Tribunais, 2010, p. 30.

provenientes de interpretação extensiva do inciso I do art. 98 da Constituição Federal.

Igualmente aos Juizados Federais, a competência é determinada pela valor atribuído à demanda, que não deve ser superior a 60 (sessenta) salários mínimos.

2 – RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS

A Lei nº 9.099/95 prevê em seu texto a possibilidade de somente de duas espécies recursais, o recurso inominado, que corresponde ao recurso de apelação no procedimento comum, e os embargos de declaração, para sanar obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

Contudo, existem ainda as decisões interlocutórias, definidas no parágrafo 2º do artigo 162 do Código de Processo Civil como ato pelo qual questão incidente do processo é resolvida, sem que incida em nenhuma das hipóteses dos artigos 267 e 269 do CPC. Nenhuma das espécies recursais previstas na Lei nº 9.099/95 poderá ser interposta com a finalidade de reformar as decisões interlocutórias.

Para Hélio do Vale Pereira, a decisão interlocutória é aquela que possui carga valorativa e possibilita causar dano aos litigantes, sem que haja a extinção do processo³⁴.

2.1 – Agravo de Instrumento

O agravo é a espécie recursal prevista no artigo 522 do Código de Processo Civil, como instrumento processual adequado para das decisões interlocutórias.

O Código de Processo Civil traz como espécie recursal o agravo como gênero. Em regra, são interpostos na modalidade retida, com a finalidade de evitar a preclusão do direito de se impugnar determinada decisão interlocutória. O inconformismo com a decisão agravada deverá ser suscitado em preliminar no recurso que ataca a sentença, sob pena de não ser conhecido, *in verbis*:

³⁴ PEREIRA, Hélio do Vale. *Manual de direito processual civil: roteiro de aula processo de conhecimento*. 2.ed, vol. 1. Florianópolis: conceito editorial, 2008, p. 350.

Art. 523. Na modalidade de agravo retido o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.

§ 1º Não se conhecerá do agravo se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.

Este entendimento é defendido por Tereza Arruda Wambier, pois o agravo retido tem como sua principal função a de obstar que a preclusão se opere, salvo caso não haja recurso da sentença que possibilite a análise do agravo retido como preliminar, ou haja o juízo de retratação pelo prolator da decisão que se pretende reformar³⁵.

Contudo, as decisões dos Juizados Especiais não são alcançadas pelo instituto da preclusão, e podem ser impugnadas quando junto do recurso inominado, o que demonstra, inequivocamente, que o agravo na modalidade retida não tem qualquer utilidade no âmbito dos processos sujeitos aos Juizados Especiais.

É unânime o entendimento de que as decisões interlocutórias poderão ser rediscutidas pelo juízo *ad quem* quando da interposição do recurso inominado, pois este recurso visa impugnar não somente a sentença. Neste sentido, a impugnação das questões incidentais decididas pelo juízo *a quo* através do recurso inominado permite a devolução de toda a matéria discutida em primeira instância à Turma Recursal³⁶.

Há que se destacar que algumas decisões necessitam ser reexaminadas em caráter de urgência, caso contrário podem causar danos irreparáveis ou de difícil reparação aos litigantes, de modo que a indignação com

³⁵ WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. *Os agravos no cpc brasileiro*. 4.ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2006, p. 445.

³⁶ BACELLAR, Roberto Portugal. *Juizados especiais: a nova mediação paraprocessual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 153.

a decisão não pode esperar até que o juízo *ad quem* o aprecie, em sede preliminar, somente após prolatada a sentença³⁷.

Pensando nisto, o Código de Processo Civil prevê a interposição do recurso de agravo na modalidade de instrumento, que será encaminhado diretamente ao juízo *ad quem* para reexaminar a decisão, que poderá, inclusive, atribuir efeito suspensivo à decisão³⁸. Isto confere, sem dúvida, uma poderosa arma para os litigantes se defenderem de decisões que possam lhes causar danos muitas vezes irreversíveis.

O agravo de instrumento também é o meio hábil para se impugnar as decisões que negam seguimento aos recursos interpostos. Aqui, não há divergência a respeito da admissibilidade ou não do agravo de instrumento, tendo em vista que a decisão não poderá ser analisada pelo juízo *ad quem* como preliminar de recurso. Uma vez que o recurso inominado ou o recurso extraordinário sejam inadmitidos, o meio hábil de se impugnar estas decisões é a interposição de agravo de instrumento, para que o tribunal ao qual o recurso é dirigido aprecie se a decisão merece ser reformada.

A respeito do recurso de agravo de instrumento contra decisão que inadmite o recurso extraordinário, o Supremo Tribunal Federal já pacificou o tema, ao editar a SÚMULA nº 727, *in verbis*:

Não pode o magistrado deixar de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, ainda que referente a causa instaurada no âmbito dos juizados especiais.

À primeira vista, tem-se a impressão de que o agravo de instrumento não é cabível nos processos sujeitos ao rito sumário instituído pela Lei nº 9.099/95, por ausência de previsão legal. Entretanto, as decisões proferidas

³⁷ SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos e à ação rescisória*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 238-240.

³⁸ PALHARINI JÚNIOR, Sidney. *O recurso de agravo e os juizados especiais cíveis – algumas razões para sua inadmissão*. São Paulo: Editora quartierlatin do Brasil, 2006, p. 320.

no âmbito dos Juizados Especiais potencialmente podem causar grande prejuízo aos litigantes e, por este motivo, há grande divergência na doutrina e jurisprudência a respeito de seu cabimento.

Não obstante grande parte da doutrina e jurisprudência condenarem o uso do recurso de agravo dos Juizados Especiais, não são poucos aqueles que entendem ser necessário a admissão do recurso de agravo de instrumento e, sobretudo, de um meio de impugnação das decisões interlocutórias à disposição das partes

A divergência entre os tribunais especiais estaduais foi tamanha, que levou o Fórum Nacional de Juizados Especiais a tentar uniformizar o entendimento no que diz respeito ao cabimento do recurso de agravo de instrumento, através do Enunciado nº 15, *in verbis*:

Enunciado 15 – Nos juizados especiais não é cabível o recurso de agravo exceto nas hipóteses dos artigos 544 e 557 do CPC

Para Mantovanni Colares, a utilização do agravo de instrumento nos Juizados Especiais é incompatível com o almejado pelo rito sumaríssimo. Assevera que não se admitir tal recurso não implica em prejuízo para as partes.³⁹

Em que pese tal entendimento, Fernando da Costa Tourinho Neto e Joel Dias Figueira Júnior entendem que a admissão do agravo de instrumento não fere os tão preciosos princípios norteadores dos juizados especiais, e sim, fere os princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e do duplo grau de jurisdição. Defendem ainda, que não seria Inadmissível que hajam decisões sem nenhum meio de impugnação considerado adequado, pois não haveria como se reexaminar decisões flagrantemente contra a lei ou que possam

³⁹ CAVALCANTE, Mantovanni Colares. *Recursos nos juizados especiais*. São Paulo, Dialética, 1995, p. 58.

causar danos irreparáveis ou de difícil reparação àqueles que litigam nos juizados especiais⁴⁰.

Para Humberto Theodoro Junior, o Código de Processo Civil deve ser aplicado subsidiariamente à Lei nº 9.099/95, em tudo que esta for omissa, para garantir uma efetiva prestação jurisdicional que impossibilite que institutos como decisões de antecipação de tutela ou quaisquer outros acautelatórias, bem como decisões flagrantemente ilegais e arbitrárias, não fiquem sem um meio de impugnação adequado, que permita o reexame da decisão e a correta aplicação da lei⁴¹.

Não se pode perder de vista que, apesar da omissão do legislador quanto a possibilidade de se impugnar as decisões interlocutórias no juizado especial, o Código de Processo Civil é considerado como a principal fonte do direito processual e instrumenta o processo e sua tramitação do início ao fim. Para Ronaldo Frigini, sua aplicação sequer depende de previsão expressa, por ser a principal fonte do direito processual⁴².

No mesmo sentido, leciona Joel Dias Figueira Júnior, ao entender que apesar do princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias vigorar nos juizados especiais, o agravo de instrumento deverá ser aceito de forma excepcional, para que as decisões não tenham o potencial de acarretar em sérios prejuízos aos litigantes⁴³.

O mesmo entendimento é compartilhado por Ronaldo Frigini, ao frisar que “a admissão do agravo só será possível para evitar irreparável dano à parte e apenas por exceção, já que intransigências contra as decisões

⁴⁰ TOURINHO NETO, Fernando da Costa e FIGUEIRA JR, Joel Dias. *Juizados especiais federais cíveis e criminais: comentários a Lei 10.259, de 10.07.2001*. São Paulo: Revista dos tribunais, 2002, p. 355.

⁴¹ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual*. 40.ed.vol. III. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 424.

⁴² TOURINHO NETO, Fernando da Costa e FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Juizados especiais federais cíveis e criminais: comentários a Lei 10.259, de 10.07.2001*. São Paulo: Revista dos tribunais, 2002, p. 63.

⁴³ FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais*. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 41.

interlocutórias, e sem o perigo da preclusão, a parte poderá apresentar como preliminar das razões do recurso”⁴⁴.

Não é outro o entendimento de Ricardo Cunha Chimenti, que entende que em havendo risco de lesões irreparáveis ou de difícil reparação, o recurso de agravo de instrumento deverá ser processado e julgado, devido a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil⁴⁵.

Quando a questão chegou ao judiciário, assim como na doutrina, os julgadores divergiram ao decidir se é cabível ou não, agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas nos Juizados Especiais.

As Turmas Recursais do Juizado Especial de São Paulo entendem ser cabível o recurso para atacar as decisões interlocutórias, quando as decisões são suscetíveis de causar danos irreparáveis ou de difícil reparação aos litigantes. O posicionamento das turmas tomou solidez ao ponto de ser editado o Enunciado nº 2 daquele colégio recursal, que considera que “É admissível, no caso de lesão grave e de difícil reparação, o recurso de agravo de instrumento no Juizado Especial Cível”.

Leia-se trecho dos votos como precedentes das Turmas Recursais dos Juizados Especiais de São Paulo a respeito do tema, *in verbis*:

Sabe-se que, com a nova sistemática adotada pelo CPC após a reforma implementada pela Lei n. 11.232, de 22.12.2005, a qual deu nova redação ao art. 522 do CPC, o agravo de instrumento passou a ser admitido apenas quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação. Com maior razão ainda no sistema dos Juizados Especiais, onde o recurso de agravo de instrumento é admitido apenas em caráter excepcional, dada a inexistência de preclusão das decisões interlocutórias e a celeridade inerente ao procedimento sumaríssimo da Lei n. 9.099/95. No caso dos autos, vislumbra-se a existência do periculum in mora, pois com a não suspensão do prazo para interposição do recurso inominado, apesar de

⁴⁴ FRIGINI, Ronaldo. *Comentários à lei de pequenas causas*. São Paulo, Livraria de Direito, 1995, p. 360

⁴⁵ CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Teoria e pratica dos juizados especiais cíveis e federais (Lei nº 9.099/95 - parte geral e parte cível – comentada artigo por artigo em conjunto com a lei dos juizados federais – lei nº 10.259/2001)*. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 41.

opostos embargos de declaração, a agravante poderá ter seu recurso não conhecido, por intempestividade.⁴⁶

O agravo de instrumento, que vem sendo acolhido em segundo grau no sistema da Lei 9099/95, não tem lastro em dispositivo legal, mas em mera construção jurisprudencial que visa a reapreciação de decisões concedidas em caráter principalmente liminar e que pudessem padecer de ilegalidade. Nesse sentido, o enunciado aprovado por este Colégio reproduz: "É admissível, no caso de lesão grave e de difícil reparação, o recurso de agravo de instrumento no Juizado Especial Cível" (Enunciado 2).⁴⁷

EMNETA: Agravo de instrumento. No sistema especial, o cabimento do agravo é excepcional e só se dá quando existe a possibilidade da ocorrência de lesão grave objetivamente considerável - descabimento nas hipóteses de urgência meramente subjetiva - inteligência do Enunciado n.º 2 do Colégio Recursal - inexistência de possibilidade real de lesão grave no caso dos autos - não conhecimento do recurso.⁴⁸

Já as Turmas Recursais do Distrito Federal, divergem das turmas recursais do estado de São Paulo, conforme se verifica pela farta jurisprudência a respeito do tema, *in verbis*:

JUIZADOS ESPECIAIS - PROCESSUAL CIVIL - NÃO CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. O agravo de instrumento é incabível nos Juizados Especiais Cíveis, tendo em vista tratar-se de recurso não previsto pela Lei 9.099/95, em respeito ao princípio da celeridade e economia

⁴⁶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. 4ª Turma Cível do Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de São Paulo. Agravo de instrumento nº 989.09.029689-3. Relator José Augusto NardyMarzagão. Julgado em 18 de dezembro de 2009, publicado em 27.10.2011.

⁴⁷ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. 2ª Turma Criminal do Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de São Paulo. Agravo de instrumento nº 989.09.006699-5. Relatora: Mônica Rodrigues Dias de Carvalho. Julgado em 17 de fevereiro de 2009, publicado em 26.03.2009.

⁴⁸ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. 1ª Turma Cível do Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de São Paulo. Agravo de instrumento nº 989.09.003090-7. Relator Antonio Mário de Castro Figliolia. Julgado em 18 de fevereiro de 2009, publicado em 25.03.09.

processual.

2. Recurso não conhecido.⁴⁹

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. Recurso previsto no Art. 522 do Código de Processo Civil. Não cabimento em sede Juizado Especial. A Lei 9.099/95 não contemplou o Recurso de Agravo de Instrumento previsto no Art. 522 do Código de Processo Civil, contra decisões interlocutórias proferidas em sede de Juizado Especial Cível. Portanto, não conheço do Agravo interposto.⁵⁰

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CABIMENTO EM SEDE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. PENHORA. IMPOSSIBILIDADE.

1. O recurso do agravo de instrumento é incabível em sede de Juizado Especial Cível porque, além de não estar previsto na Lei n.º 9.099/95, é considerado incompatível com o procedimento célere específico. 2. O único imóvel destinado à residência do devedor pode ser considerado bem de família e como tal não está sujeito à penhora, nos termos da Lei n.º 8.009/90. 3. Não sendo possível a penhora do bem do devedor, caberá ao exequente indicar outro, sob pena de ser extinta a execução (Lei n.º 9.099/95, art. 53, § 4º).⁵¹

(20000160000070DVJ, Relator ROBERVAL CASEMIRO BELINATI, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, julgado em 04/04/2000, DJ 24/05/2000 p. 64)

No mesmo sentido é o entendimento das Turmas Recursais do estado de Goiás, em que se inadmite o processamento de agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias, *in verbis*:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INCOMPORTABILIDADE. I - Não se admite agravo de instrumento das decisões interlocutórias proferidas nos processos que tramitam perante os

⁴⁹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal. Agravo de Instrumento nº 2006.06.1.001339-3. Relator Giselle Rocha Raposo. Julgado em 05/10/2010, publicado em 15/10/2010.

⁵⁰ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal. Agravo de Instrumento nº 2000.07.6.000031-4. Relator João Timoteo de Oliveira. Julgado em 05/12/2000, publicado em 22/02/2001.

⁵¹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal. Agravo de Instrumento nº 2000.01.6.000007-0. Relator Roberval Casemiro Belinati. Julgado em 04/04/2000, publicado em 24/05/2000.

juizados especiais cíveis (artigo 29, caput, Lei 9.099/95. II - Recurso não conhecido.⁵²

A divergência é compartilhada por todos os demais estados da federação, cada qual com seu entendimento consolidado por sua respectiva Turma Recursal, sem que haja uma efetiva uniformização da jurisprudência, o que sem sombra de dúvida causa insegurança jurídica aos que se aventuram e interpõem o agravo de instrumento nos Juizados Especiais.

Já nos Juizados Especiais Federais, para sanar o problema ocorrido em torno dos Juizados Especiais Estaduais, previu em sua lei de criação, a possibilidade de se deferir medidas cautelares, que podem ser impugnadas pelo Agravo de Instrumento, por força do artigo 6º da Lei 10.259/2001, senão vejamos:

Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

Art. 5º Exceto nos casos do art. 4º, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

Bernardo Pimentel ensina que a Lei nº 10.259/2001 trouxe nos artigos 4º e 5º a possibilidade de se recorrer das decisões interlocutórias proferidas nos Juizados Especiais Federais, que foi flexibilizada em razão dos potenciais prejuízos que podem causar⁵³.

2.2 – Mandado de Segurança

A Constituição Federal prevê no inciso LXIX do artigo 5º, o mandado de segurança como remédio constitucional para amparar direito líquido e certo, quando autoridade pública pratica ato ilegal ou abusivo *in verbis*:

⁵² TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO GOIÁS. Turma Julgadora Recursal Cível dos Juizados Especiais. Recurso Inominado. Relator Agnaldo Denizard Soares. Julgado em 31/05/2000, publicado em 08/06/2000.

⁵³ SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos e à ação rescisória*. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 425.

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

No mesmo sentido dispõe o artigo 1º da Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2001, que regulamenta o Mandado de Segurança, *in verbis*:

Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data**, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

Hely Lopes Meirelles conceitua o mandado de segurança e sua aplicabilidade, *in verbis*:

(...) é o meio constitucional posto à disposição de toda pessoa física ou jurídica, órgão com capacidade processual, ou universalidade reconhecida por lei, para a proteção de direito individual ou coletivo, líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, lesado ou ameaçado de lesão, por ato de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça (CF, art. 5º, LXIX e LXX; Lei n. 1.533/51, art. 1º)⁵⁴

Diante da ausência de previsão legal para se impugnar as decisões interlocutórias, e ainda, levando-se em consideração que os atos praticados pelos magistrados – entre eles as decisões interlocutórias proferidas – decorrem do exercício das atribuições do cargo de juiz e podem padecer de ilegalidades ou abuso de poder, instaurou-se nova controvérsia, não mais a respeito do cabimento

⁵⁴ MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de segurança*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 21-22.

de agravo de instrumento, mas sim de mandado de segurança contra as decisões interlocutórias⁵⁵.

Aqueles que não acreditam na aplicação subsidiária do Código de Processo Civil nos Juizados Especiais, e consequentemente o não cabimento do agravo de instrumento contra as decisão interlocutória, entendem ser cabível a impetração do mandado de segurança.

Isto se dá em razão da impossibilidade de qualquer meio de impugnação para corrigir vícios e erros proferidos em decisão interlocutória nos Juizados Especiais, portanto em tese seria cabível a impetração de mandado de segurança para corrigir ilegalidades ou abuso de poder.

Isto demonstra a imperfeição da Lei nº 9.099/95. Não obstante criar o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, com o tempo, na prática forense, observou-se que determinadas decisões podem causar danos irreparáveis ou de difícil reparação, e que não é admissível aguardar o prazo para interposição de recurso inominado para fazê-lo.

Aqueles que defendem o cabimento do mandado de segurança, alegam que a utilização de remédio jurídico é eficaz, pois em algumas situações não é razoável aguardar pela interposição do recurso inominado, que somente será processado pela Turma Recursal longo período após a interposição do recurso⁵⁶.

A situação se torna ainda mais gravosa na fase executória, em que a sentença julga extinta a obrigação e eventuais decisões interlocutórias dificilmente poderão reparar os danos suportados pela parte. Para melhor elucidar a situação, podemos citar uma decisão que determine a penhora em uma conta-salário, em que são recebidas verbas de caráter alimentar e tem vedação expressa no Código de Processo Civil, ou ainda, uma decisão que determine a penhora de

⁵⁵ CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados especiais cíveis e federais: uma abordagem crítica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lúmen iuris, 2007, p. 19.

⁵⁶ MONTENEGRO FILHO, Misael. *Curso de direito processual civil: teoria geral dos recursos, recurso em espécie e processo de execução*. 4.ed.vol. II São Paulo: Atlas, 2008, p. 148.

um bem de família enquanto o executado possui outros bens para o pagamento da dívida.

Como claramente se percebe, a impetração do mandado de segurança surge como uma alternativa à disposição dos litigantes para contornar a irrecurribilidade das decisões interlocutórias. O tema é tão polêmico que, assim, como em relação ao agravo de instrumento, a divergência jurisprudencial reina nas diversas Turmas Recursais dos Juizados.

Em relação a competência para se processar e julgar o *mandamus*, após conflito positivo de competência entre as Turmas Recursais dos Juizados Especiais e os Tribunais Regionais Federais ou Tribunais de Justiça dos Estados, o Superior Tribunal Justiça editou a súmula nº 376, em que declara ser de competência das Turmas Recursais, *in verbis*:

Compete a turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial

Cabe aqui destacar a existência da súmula 267 do Supremo Tribunal Federal, a respeito do cabimento do mandado de segurança, *in verbis*:

Não cabe Mandado de Segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição

Aqueles que defendem o cabimento do *mandamus*, defendem que a Súmula 267 do Supremo Tribunal Federal é inaplicável quando impetrado para desconstituir decisão interlocutória proferida nos Juizados Especiais⁵⁷.

Esta tese também é defendida por Misael Montenegro, que entende que as decisões interlocutórias pronunciadas por magistrados do Juizado Especial não são passíveis de reforma via agravo de instrumento, portanto não há como se

⁵⁷ MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de segurança*. 31. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2008, p.37.

obstar o cabimento do mandado de segurança para corrigir as ilegalidades ou abuso de poder⁵⁸.

Assim como no agravo de instrumento, o posicionamento das Turmas Recursais não uniformizaram entendimento a respeito do cabimento de mandado de segurança para se atacar as decisões interlocutórias. A Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal entende ser incabível a impetração do *mandamus*, conforme se confere pelos julgados abaixo colacionados:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. MANDADO DE SEGURANÇA. FUNGIBILIDADE. RECLAMAÇÃO. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR DECORRENTE DA CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER, SEM SOLUÇÃO DA PREJUDICIAL DE CUMPRIMENTO. ERRO DE PROCEDIMENTO.

1 - O Mandado de Segurança não pode ser utilizado como supedâneo recursal. Dada a ausência de sistematização dos recursos, que afasta o erro grosseiro, possível o conhecimento como reclamação, em face da fungibilidade recursal (20101060015082ACJ, Relator FERNANDO ANTONIO TAVERNARD LIMA, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, julgado em 03/05/2011, DJ 05/05/2011 p. 399).

2 - Estabelecida, entre as partes, controvérsia sobre o cumprimento da obrigação de fazer, bem como sobre a impossibilidade de cumprimento na forma e modo constante do título, impossível a conversão em execução de obrigação de pagar sem que antes seja solucionada a questão do cumprimento, com o exame das provas pertinentes.

3 - Reclamação conhecida e provida.

(Acórdão n. 571945, 20100110754295DVJ, Relator AISTON HENRIQUE DE SOUSA, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, julgado em 02/12/2011, DJ 16/03/2012 p. 307)⁵⁹.

⁵⁸ MONTENEGRO FILHO, Misael. *Curso de direito processual civil: teoria geral dos recursos, recurso em espécie e processo de execução*. 4.ed.vol. II São Paulo: Atlas, 2008, p. 148.

⁵⁹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal. Processo nº 2010.01.1.075429-5. Relator Aiston Henrique de Sousa. Julgado em 02/12/2011, publicado em 16/03/2012.

JUIZADO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO. DESCABIMENTO (STF/RE 576.847). EMPREGO SUCEDÂNEO DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE (ART. 5º, LEI 12.016/2009; SÚMULA 267/STF). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. ORDEM NÃO CONHECIDA.

- A Suprema Corte, em julgamento na forma do art. 543-A, entendeu ser incabível a impetração de mandado de segurança nas causas sujeitas à apreciação no micro-sistema dos Juizados Especiais, até porque irrecorríveis as decisões interlocutórias, cujas decisões seriam apreciadas por ocasião do julgamento do recurso inominado.

- Se a parte pretende impugnar a decisão que negou seguimento ao recurso inominado, porque ausente algum dos requisitos de sua admissibilidade, era cabível reclamação, caso tenha havido erro in procedendo.

- Impossível a aplicação do princípio da fungibilidade, porque o não cabimento de mandado de segurança para impugnar decisão interlocutória no rito sumaríssimo é matéria pacificada pela Suprema Corte, o que configuraria erro grosseiro. Ademais, a impetração teria ocorrido quase dois meses após a publicação da decisão acoimada de ilegal ou abusiva, o que afasta a boa-fé.

- Mandado de Segurança não conhecido⁶⁰.

Em outra linha de raciocínio, as Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Goiás entendem ser cabível o mandado de segurança, vejamos:

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. NEGATIVA DE RECEBIMENTO DE RECURSO. ADMISSIBILIDADE. 1- NÃO CABENDO AGRAVO DE INSTRUMENTO POR AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL, NEM HAVENDO OUTRO RECURSO, O ATO JUDICIAL DE JUIZ QUE NEGA RECEBIMENTO OU SEGUIMENTO A RECURSO INOMINADO DESAFIA MANDADO DE SEGURANÇA, DE COMPETÊNCIA DA TURMA RECURSAL. 2- ORDEM CONCEDIDA PARA DETERMINAR A REMESSA DO RECURSO INOMINADO PARA APRECIÇÃO DA TURMA, APÓS OPORTUNIDADE PARA CONTRADITÓRIO NO PRIMEIRO GRAU⁶¹.

⁶⁰ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal. Processo nº 2008.01.1.169146-2. Relator Luis Gustavo B. de Oliveira. Julgado em 14/02/2012, publicado em 06/03/2012.

⁶¹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO GOIÁS. Turma Julgadora Recursal Cível dos Juizados Especiais. Processo nº 2009.03.1.737480-0. Relator Sandra Regina Teixeira Campos. Julgado em 23/04/2010, publicado em 25/05/2010.

Contudo, este entendimento não é compartilhado pela Turma Recursal do Estado de São Paulo, conforme se infere do julgamento do mandado de segurança, cuja ementa segue transcrita:

MANDADO DE SEGURANÇA - Impetração contra decisão interlocutória que, no âmbito dos embargos à execução, determinou o recolhimento das custas devidas ao Estado, sob pena de cancelamento da distribuição - Descabimento de sua impugnação através da segurança, mercê da possibilidade de interposição de recurso de agravo - Segurança não conhecida⁶².

Diante do exposto, infere-se que o cabimento do mandado de segurança, como meio adequado para impugnar decisões interlocutórias proferidas em sede de Juizado Especial, é admissível por parte das Turmas Recursais espalhadas pelos estados, pela ausência de outro meio de impugnação. Para aqueles que entendem ser incabível a impetração do *mandamus*, fundamenta-se que o meio adequado seria o próprio agravo de instrumento, previsto no Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 9.099/95.

2.3 – Correção Parcial

A Correção parcial, também conhecida como reclamação, tem previsão regimental própria em cada tribunal. É considerada como ato “administrativo ou disciplinar destinada à correção de *erro in procedendo* caracterizador de abuso ou inversão tumultuária da marcha do processo, quando para o caso não exista um recurso previsto na lei processual”⁶³.

Possui respaldo no inciso I do artigo 96 da Constituição Federal, que prevê a autonomia administrativa dos tribunais, *in verbis*:

⁶² TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. 6ª Câmara de Direito Privado. Processo nº 0532179-81.2010.8.26.0000. Relator Sebastião Carlos Garcia. Julgado em 20/10/2011, publicado em 26/10/2011.

⁶³ ORIONE NETO, Luiz. *Recursos cíveis: teoria geral, princípios fundamentais, dos recursos em espécies, tutela de urgência no âmbito recursal, as ordens dos processos no tribunal*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 165.

Art.96: Compete privativamente:

I - aos tribunais:

(...)

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva

Para Bernardo Pimentel, a correição parcial é o sucedâneo recursal admissível contra omissão e decisões jurisdicionais irrecorríveis. Para o *erro in judicando*, entende ser cabível a impetração de mandado de segurança⁶⁴.

Como meio de impugnação das decisões interlocutórias proferidas nos Juizados Especiais, somente é admitida em caso de erro ou abuso do julgador, conforme se infere do julgado abaixo transcrito, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, *in verbis*:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS. RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO PROFERIDA AÇÃO DE EXECUÇÃO. NÃO INDICAÇÃO “ERROR IN PROCEDENDO” OU ABUSO DO PROLATOR DA DECISÃO, TAMBÉM NÃO RESULTA EM DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. DECISÃO: RECLAMAÇÃO NÃO CONHECIDA. 1- A reclamação, prevista nos Juizados Especiais, constitui meio de impugnação, de forma limitada, que se destina a corrigir ato judicial que encerre alguma espécie de error in procedendo, ou que resulte em dano irreparável ou de difícil reparação. 2- A mera insurgência da parte contra decisão interlocutória que lhe foi desfavorável, sem, contudo, apontar a ocorrência de erro ou abuso do julgador monocrático, não enseja o conhecimento do recurso. 3- Decisão: reclamação não conhecida.⁶⁵

Contudo, este entendimento não é unânime em todos os tribunais pátrios, conforme se confere pelo julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, *in verbis*:

⁶⁴ SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos e à ação rescisória*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 235/242.

⁶⁵ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais. Reclamação nº 2007.05.1.006554-3. Relator Diva Lucy Ibiapina.. Julgado em 09/09/2008, publicado em 17/02/2009.

CORREIÇÃO PARCIAL. NÃO CABIMENTO. Ausente previsão legal para o cabimento de correção parcial não se mostra possível sua propositura. Impossibilidade de importação, para o sistema dos juizados especiais, da totalidade dos instrumentos utilizados na jurisdição comum. Necessidade de preservação dos princípios informativos dos juizados. Possibilidade em tese de ajuizamento de mandado de segurança em face da negativa de prestação jurisdicional. Correção parcial não conhecida. Relator: Dr. Eduardo Kraemer. Voto. Trata-se de correção parcial interposta em face de alegada omissão na apreciação de liminar. Existe uma questão anterior ao exame se ocorreu ou não omissão na prestação jurisdicional – envolve a questão o exame do cabimento no âmbito dos juizados especiais da correção parcial. O sistema dos juizados especiais estabelece um sistema recursal restrito e que apenas permite a interposição de uma espécie de recurso. Excepcionalmente admite-se o mandado de segurança como mecanismo para corrigir ilegalidade que não possam aguardar a interposição de recurso inominado ou naquelas onde não exista o recurso. A correção parcial não se encontra prevista na legislação que criou os juizados – na própria justiça comum sua aplicação se mostra polêmica. Necessário que se mantenha, dentro do possível, o sistema restritivo em matéria recursal. A possibilidade de ajuizamento de mandado de segurança se constitui em alargamento dos meios de repulsa e não pode ser ampliado com a importação de todos os recursos previstos na justiça comum. Os princípios da informalidade e celeridade devem ser preservados. A simples utilização da totalidade dos instrumentos da justiça comum, por óbvio, acarretaria a destruição do sistema dos juizados especiais. Nestes termos fica prejudicado o exame da correção parcial pelo seu não cabimento no âmbito dos juizados especiais. Caberia, em tese, o ajuizamento de mandado de segurança em face da agressão do direito líquido e certo a prestação jurisdicional. Voto, pois, pelo não conhecimento da correção parcial interposta. É o voto⁶⁶

Portanto, a recorribilidade das decisões interlocutórias dos Juizados Especiais continua controvertida na correção parcial, que também tem aceitação diferenciada nos diferentes tribunais do país, e ainda mais restrita, pois somente é aceita para sanar erro ou abuso dos magistrados.

⁶⁶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. 3ª Turma Recursal Cível dos Juizados Especiais Cíveis. Correção parcial nº 71001786599. Relator Eduardo Kraemer. Julgado em 14/10/2008, publicado em 20/10/2008.

3 – MEIO ADEQUADO DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS

3.1 – Meio Adequado de Impugnação das Decisões Interlocutórias de Caráter Acautelatório nos Juizados Especiais Federais e Juizados Especiais da Fazenda Pública

Os Juizados Especiais Federais e os Juizados Especiais da Fazenda Pública, criados pelas Leis nº 10.259, de 12 de julho de 2001 e 12.153, de 22 de dezembro de 2009 respectivamente, inseriram em seu texto a possibilidade de se deferir medidas acautelatórias no curso do processo, para se evitar a ocorrência de danos irreparáveis ou de difícil reparação.

Nos Juizados Especiais Federais, a previsão legal para que o juiz adote estas medidas está insculpida no artigo 4º, *in verbis*:

Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

Já no Juizado Especial da Fazenda Pública, a medida está disposta no artigo 3º, *in verbis*:

Art. 3º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.

Por meio dos artigos supra, conclui-se que ao permitir ao permitir o deferimento de medidas acautelatórias, é imprescindível que também haja um meio de impugnação da decisão. Portanto, nestes casos, não obstante a incompatibilidade com os Juizados Especiais e o princípio da irrecorribilidade

das decisões interlocutórias, é cabível o recurso de agravo de instrumento como meio de impugnação⁶⁷.

De forma acertada, a jurisprudências dos Tribunais e Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais

Nesse sentido, é a jurisprudência do Egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região, consoante se constata de decisão recente a seguir transcrita:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DEFERIMENTO DE RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA POR JUIZ DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. REMESSA DOS AUTOS À TURMA RECURSAL COMPETENTE.

1. Em se tratando de recurso contra decisão de Juiz do Juizado Especial Federal que defere pedido de antecipação de tutela para determinar o restabelecimento de benefício previdenciário de auxílio-doença, a competência para o processo e julgamento é da Turma Recursal Federal competente, e não desta Corte. Precedentes.

2. Reconhecida, de ofício, a incompetência desta Corte para processar e julgar o presente feito, determinando-se a remessa dos autos à Turma Recursal Federal de Minas Gerais.⁶⁸

O entendimento já pacificado pelas Turmas Recursais do Juizado Especial da Fazenda Pública do Distrito Federal segue a mesma linha de raciocínio, *in verbis*:

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. SISTEMA RECURSAL. AGRAVO RETIDO. INADMISSIBILIDADE. MEIO DE IMPUGNAÇÃO NÃO PREVISTO NA LEI N. 12.153/09. OPÇÃO LEGISLATIVA PELA RESTRIÇÃO DE CONTROLE RECURSAL E QUE TEM COMO CONTRAPONTO A AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO PARA AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS QUE NÃO ENCERREM

⁶⁷ CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. *Diagnóstico da Estrutura e Funcionamento dos Juizados Especiais Federais*. Brasília, Divisão de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal, 2004, p. 59-60.

⁶⁸ TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. 2ª Turma. Agravo de Instrumento nº 2009.01.00.026592-5/MG. Relatora Desembargadora Mônica Sifuentes. Julgado em 03/08/2011, publicado em 09/09/2011.

PROVIDÊNCIAS CAUTELARES E ANTECIPATÓRIAS (ARTS. 3º E 4º DA LEI N. 12.153/09). HIPÓTESE CONCRETA EM QUE POSSÍVEL O MANEJO DO RECURSO DE AGRAVO POR INSTRUMENTO. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA PARA DETERMINAR O NORMAL PROCESSAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO PELA PARTE RECLAMANTE.⁶⁹

De forma acertada, os Tribunais e Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais e da Juizados Especiais da Fazenda Pública entendem ser cabível o agravo de instrumento como meio hábil de se impugnar as decisões interlocutórias que deferem medidas acautelatórias no curso do processo – em sua esmagadora maioria antecipação de tutela, a fim de garantir o equilíbrio das partes, sobretudo, quando as medidas são deferidas *in alita altera parte*⁷⁰.

Já em relação ao meio adequado de impugnação das demais decisões interlocutórias proferidas nos Juizados Especiais Federais e Juizados Especiais da Fazenda Pública, que não tem o caráter acautelatório, tampouco podem gerar prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação, serão tratadas mais à frente, em momento oportuno.

3.2 – Meio Adequado de Impugnação das Decisões Interlocutórias nos Juizados Especiais Estaduais, bem como Decisões não Acautelatórias dos Juizados Especiais Federais e Juizados Especiais da Fazenda Pública

No âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, criados pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, existe a previsão recursal apenas do recurso inominado – artigo 41, embargos de declaração - artigo 48 – e recurso extraordinário – inciso III do artigo 102 da Constituição Federal, de modo que, em respeito ao princípio irrecorribilidade das decisões interlocutórias, o

⁶⁹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal. Agravo de Instrumento nº 2012 00 2 001714-2 DVJ. Relator Desembargador Demetrius Gomes Cavalcanti. Julgado em 28/02/2012, publicado em 10/04/2012.

⁷⁰ CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. *Diagnóstico da Estrutura e Funcionamento dos Juizados Especiais Federais*. Brasília, Divisão de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal, 2004, p. 59-60.

agravo de instrumento se mostra incabível nestes órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário. Nesse sentido:

Em regra, o agravo, tanto na forma retida com na modalidade de instrumento, é inadmissível no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. Consoante já exposto, em homenagem ao princípio da celeridade processual, as interlocutórias não se sujeitam à preclusão, podendo ser atacadas por ocasião da interposição de recurso interposto. Desta forma, não há, em princípio, lugar para o manejo deste recurso na sistemática da Lei nº. 9.099/95.⁷¹

Ainda, viu-se nos capítulos anteriores, que mesmo passados cerca de 17 (dezessete) anos desde edição da Lei nº 9.099/95, até a presente data a jurisprudência não foi capaz de sedimentar um entendimento a respeito do cabimento ou não do agravo de instrumento. Dependendo do entendimento pacificado na Turma Recursal em que o agravo de instrumento foi distribuído, entre as diversas espalhadas pelo país, o recurso interposto será conhecido ou não.

Também foi visto que a doutrina, em que pese o posicionamento majoritário entender que não há recurso cabível contra as decisões interlocutórias nos juizados especiais, possui uma forte corrente contrária a ausência de um meio de impugnação contra estas decisões.

É certo que a ausência de pacificação da questão posta, gera grande insegurança jurídica aos que litigam nos juizados especiais. Ora, duas decisões interlocutórias proferidas em diferentes juizados especiais, com os mesmos fundamentos e, sobretudo, em processos com mesmo pedido e causa de pedir, poderão ter tratamento diferente: enquanto em uma irá se admitir a impugnação da decisão, em outra não⁷².

⁷¹ HOFFMAN, Paulo; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva. *O novo regime do agravo de instrumento e do agravo retido: modificações da Lei 11.187/05*. São Paulo, Quartier Latin, 2006, p. 324.

⁷² CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil, vol. III*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2000, p. 95.

E mais, conforme amplamente discutido nos capítulos anteriores, mesmo nos juizados especiais em que se há posição pacífica a respeito do cabimento de impugnação das decisões interlocutórias, não há consenso a respeito de qual o meio hábil para fazê-lo. Enquanto em determinados juizados especiais se aceita o agravo de instrumento, em outros se admite o mandado de segurança ou a correção parcial.

O princípio da Segurança Jurídica encontra-se intimamente ligado aos direitos e garantias fundamentais do estado democrático de direito. Este princípio tem como um de seus fundamentos o devido processo legal. Não é possível que haja um processo justo, sem que haja previsão legal de todos os atos processuais que deverão ser praticados ⁷³. Desta forma, a ausência de normatização que unifique o entendimento dos juizados especiais viola o princípio da segurança jurídica.

Tanto é verdade que, provavelmente devido a “experiência ruim” e problemáticas trazidas ao processo em razão da total ausência de meio de impugnação das decisões interlocutórias, os Juizados Especiais Federais e Juizados Especiais da Fazenda Pública inseriram em seu texto a possibilidade de se impugnar decisões interlocutórias acautelatórias.

Devido a todos os argumentos até aqui expostos, conclui-se, indubitavelmente, que a intenção do legislador efetivamente foi a de tornar as decisões interlocutórias irrecorríveis, devendo as questões incidentais ser resolvidas pelo juízo no momento da audiência, podendo ser objeto de impugnação somente no momento da interposição do recurso inominado ⁷⁴.

Entretanto, com o passar dos anos, a prática forense demonstrou que a Lei nº 9.099/95 não foi feliz ao engessar completamente a recorribilidade das decisões interlocutórias, pois determinadas decisões poderão gerar danos

⁷³ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel, *Teoria Geral do Processo*. 15. Ed. São Paulo, Malheiros, 1999, p. 158.

⁷⁴ ABREU, Pedro Manoel. *Acesso à justiça e juizados especiais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2004, p. 211.

irreparáveis ou de difícil reparação aos litigantes. Por isto, certas decisões, como por exemplo, as que concedem ou não antecipação de tutela, devem ser recorríveis, pois aguardar até a data do recurso inominado poderá tornar a medida irreversível⁷⁵.

Isto demonstra a imperfeição da Lei nº 9.099/95. Não obstante criar o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, com o tempo, na prática forense, observou-se que determinadas decisões podem causar danos irreparáveis ou de difícil reparação, e que não é admissível aguardar o prazo para interposição de recurso inominado para fazê-lo⁷⁶.

Portanto, apesar dos entendimentos em sentido contrário, deve-se admitir recurso das decisões interlocutórias proferidas no âmbito dos Juizados Especiais, para não acarretar às partes danos irreparáveis ou de difícil reparação, e assim, tornar a prestação jurisdicional do estado mais efetiva. Neste ponto, pondera-se: até que ponto a tramitação mais célere do processo é um benefício para os jurisdicionados e, sobretudo, até que ponto deve-se sacrificar e suprimir direitos e benefícios, como o de recorrer das decisões interlocutórias, em prol da tramitação? Este benefício trazer um ônus maior que seus benefícios.

Frise-se que o Código de Processo Civil é considerado como a principal fonte do direito processual e instrumenta o processo e sua tramitação, inclusive quanto aos meios de impugnação das decisões interlocutórias. Sua aplicação sequer depende de previsão expressa, por ser a principal fonte do direito processual⁷⁷.

Diante da problemática, a melhor solução aplicável é se admitir a interposição do recurso de agravo de instrumento das decisões interlocutórias proferidas no Juizado Especial, quando estas poderão causar danos irreparáveis e

⁷⁵ SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos e à ação rescisória*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 238-240.

⁷⁶ MONTENEGRO FILHO, Misael. *Curso de direito processual civil: teoria geral dos recursos, recurso em espécie e processo de execução*. 4.ed.vol. II São Paulo: Atlas, 2008, p. 150.

⁷⁷ TOURINHO NETO, Fernando da Costa e FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Juizados especiais federais cíveis e criminais: comentários a Lei 10.259, de 10.07.2001*. São Paulo: Revista dos tribunais, 2002, p. 63.

de difícil reparação ao litigante, de modo que não é possível aguardar até o momento da interposição do recurso inominado para requerer a reforma da decisão⁷⁸. Como exemplo, cita-se a decisão que concede antecipação de tutela *in alidita altera parte* ao autor do processo.

Por outro lado, caso a decisão que se pretende reformar não seja suscetível de causar danos irreparáveis ou de difícil reparação, o agravo de instrumento não deverá ser admitido, pois a insatisfação do litigante poderá ser manifestada no momento da interposição do recurso inominado. Assim, o juízo *ad quem*, que se materializa nas Turmas Recursais do Juizado Especial, poderá reexaminar a decisão em caráter preliminar, uma vez que as decisões interlocutórias não são preclusivas⁷⁹.

Desta forma, os Juizados Especiais poderão ser muito mais efetivos, pois de nada adiantaria a tão pretendida celeridade na tramitação processual, caso o processo potencialmente cause danos irreparáveis aos litigantes.

A intenção do legislador foi clara em tornar as decisões interlocutórias proferidas no âmbito dos Juizados Especiais irrecorríveis, por considerar esta impugnação incompatível com a sistemática deste procedimento, devendo o juiz resolver todas as questões incidentes de forma oral em audiência⁸⁰.

Aqueles que defendem o cabimento do mandado de segurança se pautam no mesmo fundamento de que determinadas decisões devem admitir meio de impugnação⁸¹.

⁷⁸ SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos e à ação rescisória*. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 235-237

⁷⁹ SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos e à ação rescisória*. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 238-240.

⁸⁰ ABREU, Pedro Manoel. *Acesso à Justiça e Juizados Especiais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2004, p. 213.

⁸¹ MONTENEGRO FILHO, Misael. *Curso de direito processual civil: teoria geral dos recursos, recurso em espécie e processo de execução*. 4ª ed. Vol. II São Paulo: Atlas, 2008, p. 148.

Conclui-se que ambos os instrumentos, seja o agravo de instrumento ou o mandado de segurança, ambos pretendem a reforma de decisão interlocutória, e ambos são dirigidos à Turma Recursal do Juizado Especial. Portanto, uma vez admitido que as decisões interlocutórias poderão ser recorridas extraordinariamente, o agravo de instrumento se mostra o melhor instrumento processual.

Isto porque o mandado de segurança seria apenas uma manobra para que, por vias transversas, se frustrasse indiretamente o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, quando o agravo de instrumento é o recurso em espécie com essa finalidade e disciplinado no Código de Processo Civil⁸².

Apesar da impetração do *mandamus* se mostrar como uma alternativa à disposição dos litigantes para contornar a irrecorribilidade das decisões interlocutórias, não haveria sentido em utilizá-lo sendo que o os litigantes poderiam fazê-lo através do agravo de instrumento.

Quando a preferência do agravo de instrumento em detrimento da correção parcial, há que se destacar alguns pontos.

Inicialmente, como já tratado, a correção parcial destina-se a correção de *error in procedendo*, sendo que a discussão do cabimento de impugnação de decisões interlocutórias também diz respeito a correção do *error in judicando*, portanto, logo à primeira vista, este instrumento não se mostra eficaz para se atingir a determinada finalidade – reforma de decisões que possam causar danos irreparáveis ou de difícil reparação⁸³.

A insurgência da parte contra os fundamentos da decisão interlocutória impugnada não é suscetível de reforma por meio da correção

⁸² WAMBIER, Tereza Arruma Alvim. *Os agravos no CPC brasileiro*. 4ª Ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2006, p. 445.

⁸³ ORIONE NETO, Luiz. *Recursos cíveis: teoria geral, princípios fundamentais, dos recursos em espécies, tutela de urgência no âmbito recursal, as ordens dos processos no tribunal*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 165.

parcial, o que inviabiliza a utilização deste recurso para se requerer a reforma por *error in judicando* do juízo *a quo* que proferiu a decisão⁸⁴.

Nesse sentido, mais uma vez, o agravo de instrumento se mostra o instrumento processual mais adequado para se reformar decisões interlocutórias proferidas nos Juizados Especiais, que potencialmente causem danos irreparáveis ou de difícil reparação.

⁸⁴TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais. Reclamação nº 2007.05.1.006554-3. RelatorDiva Lucy Ibiapina.. Julgado em 09/09/2008, publicado em 17/02/2009.

CONCLUSÃO

Os Juizados Especiais Estaduais, Federais e da Fazenda Pública, criados pelas Leis nº 9.099/95, 12.059/2001 e 12.153/2009, respectivamente, são imprescindíveis para o acesso do cidadão à justiça, pois consistem em um procedimento diferenciado em razão dos princípios norteadores que são o alicerce deste procedimento.

O legislador considerou que admitir-se recurso das decisões interlocutórias seria incompatível com o procedimento instituído pela Lei nº 9.099/95, em especial, em relação a seus princípios norteadores. A partir desta premissa, criou o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados Especiais e, sobretudo, deixou de contemplar meios de impugnação para as decisões interlocutórias.

O fundamento para a irrecorribilidade das decisões interlocutórias é que estas não são alcançadas pelo instituto da preclusão, o que importa em dizer que caso o litigante esteja insatisfeito com determinada decisão, deverá aguardar até o momento da interposição do recurso nominado para fazê-lo. Por outro lado, a lei deixou ao esquecimento as decisões interlocutórias proferidas após a sentença, bem como as urgentes, que não podem aguardar até o momento da sentença para serem objeto de impugnação.

Não obstante a total ausência de previsão legal para a impugnação das decisões interlocutórias, uma vez evidenciado que a irrecorribilidade das decisões poderia gerar danos irreparáveis ou de difícil reparação, boa parcela da doutrina quanto da jurisprudência passaram a admitir meios de impugnação das decisões interlocutórias, por meio de agravo de instrumento, mandado de segurança ou correição parcial.

Esta divergência entre os diferentes juizados especiais espalhados pelos estados da federação e distrito federal gerou insegurança jurídica aos que

litigam, pois não irá saber ao certo qual o meio de impugnação cabível, se algum deles for efetivamente admitido.

Portanto, em que pese os entendimentos contrários, a irrecorribilidade das decisões interlocutórias se mostrou desarrazoada. Ademais, o Agravo de Instrumento se demonstra o método mais eficiente para a impugnação das decisões interlocutórias.

Isso porque o mandado de segurança é apenas um meio de se contornar a irrecorribilidade das decisões interlocutórias. Uma vez aceito que deverá haver meio de impugnação para as decisões interlocutórias, o agravo de instrumento deverá ser utilizado, pois é o instrumento previsto no Código de processo Civil, que tem aplicação subsidiária à Lei nº 9.099/95.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Pedro Manoel. *Acesso à justiça e juizados especiais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2004.

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado. *Juizados especiais no âmbito da Justiça Federal*. In: *Revista da ESMESC*. Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, v. 10, 2001.

BACELLAR, Roberto Portugal. *Juizados especiais: a nova mediação paraprocessual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados especiais cíveis e federais: uma abordagem crítica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen iuris, 2007.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre, Fabris, 1988.

CAVALCANTE, Mantivanni Colares. *Recursos nos juizados especiais*. São Paulo, Dialética, 1995.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Teoria e pratica dos juizados especiais cíveis e federais (Lei nº 9.099/95 - parte geral e parte cível – comentada artigo por artigo em conjunto com a lei dos juizados federais – lei nº 10.259/2001)*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. São Paulo, 15.ed., Malheiros, 1999.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. *Diagnóstico da estrutura e funcionamento dos juizados especiais federais*. Brasília, Divisão de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal, 2004.

DINIZ, Maria Helena. *Código civil anotado*. 15.ed. São Paulo, Saraiva, 2010.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias; LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais*. 3.ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000.

FRIGINI, Ronaldo. *Comentários à lei de pequenas causas*. São Paulo, Livraria de Direito, 1995.

GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel. *Comentários à nova lei dos juizados especiais da fazenda pública*. Revista dos Tribunais, 2010.

HOFFMAN, Paulo; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva. *O novo regime do agravo de instrumento e do agravo retido: modificações da Lei 11.187/05*. São Paulo, QuartierLatin, 2006.

HUTTER, Rudolf. *Os princípios processuais no juizado especial cível*. São Paulo, Iglu, 2004.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Novas linhas do processo civil*. 3.ed. São Paulo, Malheiros, 1999.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de segurança*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MONTENEGRO FILHO, Misael. *Curso de direito processual civil: teoria geral dos recursos, recurso em espécie e processo de execução*. 4.ed.vol. II. São Paulo: Atlas, 2008.

ORIONE NETO, Luiz. *Recursos cíveis: teoria geral, princípios fundamentais, dos recursos em espécies, tutela de urgência no âmbito recursal, as ordens dos processos no tribunal*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PEREIRA, Hélio do Vale. *Manual de direito processual civil: roteiro de aula processo de conhecimento*. 2.ed, v. I. Florianópolis: conceito editorial, 2008.

PALHARINI JÚNIOR, Sidney. *O recurso de agravo e os juizados especiais cíveis – algumas razões para sua inadmissão*. São Paulo: Editora quartierlatin do Brasil, 2006.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Acesso à justiça no direito processual brasileiro*. São Paulo, Acadêmica, 1994.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *O direito constitucional à jurisdição*. São Paulo, Saraiva, 1993.

SILVA, José Afonso da. *Poder constituinte e poder popular: estudos a constituição*. São Paulo, Malheiros, 2000.

SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos e à ação rescisória*. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

TOURINHO NETO, Fernando da Costa e FIGUEIRA JR, Joel Dias. *Juizados especiais federais cíveis e criminais: comentários a Lei 10.259, de 10.07.2001*. São Paulo: Revista dos tribunais, 2002.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual*. 40.ed.v. III. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

WAMBIER, Tereza Arruma Alvim. *Os agravos no cpc brasileiro*. 4^a. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2006.